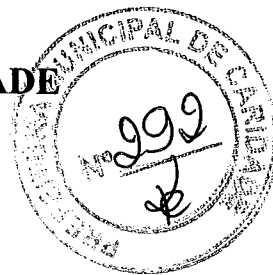




ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017/FME/PP

**1ª PARTE: PREÂMBULO**

**1) OBJETO**

a) **DEFINIÇÃO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARIDADE/CE, CONFORME ANEXO I.

b) **PREGOEIRO MUNICIPAL:** RAIMUNDO PINHEIRO DE LIMA JUNIOR.

**c) DOTACIONES ORÇAMENTÁRIAS:**

UNIDADE GESTORA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESAS:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0701.12.122.0100.2.027.0000	3.3.90.30.00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ED. INFANTIL	0701.12.368.0610.2.041.0000	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ED. FUNDAMENTAL/MAIS EDUCAÇÃO	0701.12.368.0600.2.035.0000	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - EJA	0701.12.368.0608.2.039.0000	
SECRETARIA DE SAÚDE	0801.10.122.0100.2.073.0000	
SECRETARIA DE SAÚDE-PSF	0801.10.301.0400.2.074.0000	
SECRETARIA DE SAÚDE-HPP	0801.10.302.0403.2.075.0000	

O(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município de CARIDADE, Estado do Ceará, acima identificado no uso de suas atribuições legais, torna público que no **dia 18 de Abril de 2017, às 13h:30 min (horário local)**, na sala da Comissão de Licitação do Município de CARIDADE, sito à Rua Dr. Plácido Pinho, S/N, Secretaria de Finanças- Centro, CARIDADE, Estado do Ceará, será realizada licitação na modalidade de **Pregão**, visando à prestação de serviços conforme descrito no objeto edital e seus anexos, sendo recebidos os envelopes contendo as propostas de preço e os documentos de habilitação das empresas interessadas, as **13h30min**, e em seguida, dado início à sessão de Pregão. Este procedimento licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, da **Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão**, e pela **Lei nº 123/2006**, e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

**2ª PARTE: DAS CLAUSULAS EDITALÍCIAS**

**1. DO OBJETO**

1.1A presente licitação tem por objeto o constante no Preâmbulo deste Edital, de acordo com as especificações contidas em seus anexos.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1. DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:**

2.1.1. Poderão participar da presente licitação pessoa jurídicas localizada em qualquer Unidade da Federação cadastrada **OU** não na Prefeitura Municipal de CARIDADE, que atenda a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira.

2.1.8. Só poderá apresentar ou solicitar quaisquer documentos, manifestar-se ou representar qualquer empresa licitante no presente certame, representante legal habilitado, devendo apresentar os seguintes documentos:

I - documento oficial de identidade;

II - **PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR**, esta última com firma reconhecida do assinante, (acompanhado com os atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua



## ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



eleição, contrato social, requerimento de empresário individual, etc, nos quais estejam expressos poderes para o outorgante exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora). A procuração ainda deverá ser específica para participar do presente certame, onde deverá indicar outorga de poderes para, na forma da lei, representar a licitante e praticar os atos a que se destinam, interpor recursos administrativos, apresentar documentos de habilitação e proposta de preços, assinar ata e os demais fins pertinentes ao certame, em nome da licitante, poderes para, na forma da lei, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante. **OBS: não serão aceitas procurações (públicas ou particulares) com prazo de validade acima de 01 (um) ano civil, a contar da data da sua emissão.**

2.1.3. Caso o representante seja sócio da empresa licitante com poderes de representação, sócio-gerente, diretor do licitante ou titular de firma individual, deverão ser apresentados juntamente com o documento de identidade, documentos que comprovem tal condição (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua eleição, etc.), nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora.

### **2.2. DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

2.2.1. Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

2.2.2. Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Prefeitura de CARIDADE, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio. Bem como os indicados em ações judiciais que se encontram na lista da Justiça do Estado do Ceará, provenientes de operações policiais e do Ministério Público;

2.2.3. Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e ainda;

2.2.4. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, de acordo com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS). A Comissão fará pesquisa no site <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis> na fase do credenciamento, devolvendo os envelopes das participantes que se enquadrem nesta situação;

2.2.5. Cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Prefeitura Municipal de CARIDADE;

2.2.5.1. Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação, fusão, cisão ou de incorporação;

2.2.5.2. Reunidos sob forma de consórcio;

2.2.5.3. Mantendo qualquer tipo de vínculo profissional com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2.2.5.4. Autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

2.2.5.5. De empresas cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante;

2.2.5.6. Que seja sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.2.6. De licitantes que estiverem enquadradas, no que couberem, ao disposto no artigo 9º, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores atualizações;

2.2.7. Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

3.1 Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 02 (dois) conjuntos de documentos, a saber: de **Proposta de Preço** e de **Habilitação**, sendo aceita a remessa via postal.

3.2. Em caso de envio dos envelopes de Proposta e Habilitação pela via postal, o(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio **não se responsabilizará se os mesmos não chegarem a tempo hábil** para a abertura do certame.

3.3 Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes opacos e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número do CNPJ, o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma dos **incisos I e II** a seguir:

I – envelope contendo os relativos à Proposta de Preço:

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE</b> <b>PREGÃO n.º 013/2017/FME/PP</b> <b>OBJETO: .....</b> <b>LICITANTE: _____ CNPJ: _____</b> <b>ENVELOPE n.º 01 (PROPOSTA DE PREÇOS)</b>	
--	--

II – envelope contendo os documentos de Habilitação:

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE</b> <b>PREGÃO n.º 013/2017/FME/PP</b> <b>OBJETO: .....</b> <b>LICITANTE: _____ CNPJ: _____</b> <b>ENVELOPE n.º 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)</b>	
---	--

3.4 Toda documentação apresentada em cópia deverá estar autenticada em cartório competente.

3.4.1 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação e à proposta de preço e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

3.4.2 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

3.5 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac-símile*, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

3.6 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no preâmbulo deste edital, cabendo ao(a) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.7 Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não protocolizar o pedido, em conformidade com o disposto neste edital, até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.8 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

3.9 Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

#### 4. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE n.º 01)

4.1 O envelope "Proposta de Preço" deverá conter a especificação dos materiais/produtos, sua discriminação conforme o edital, contendo seus respectivos preços em algarismos e por extenso, em uma única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel devidamente identificado com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso do licitante e número de telefone, devendo, suas folhas serem rubricadas e numeradas:

4.1.1 A indicação da razão social da empresa licitante, o número de inscrição no CNPJ de seu estabelecimento e endereço completo deverá ser o que efetivamente irá prestar o objeto da licitação. São facultativas as informações dos dados referentes ao número de banco, agência e conta corrente nesta etapa da licitação, sendo obrigatória, posteriormente, para a licitante vencedora.

4.2 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

4.2.1 As Propostas de Preço serão consideradas de acordo com os Anexos deste Edital, por Lote, expressa em Real (R\$), em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para



## ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



o atendimento do objeto desta licitação, bem como, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com os serviços necessários à execução do objeto em perfeitas condições a manutenção destas condições durante o prazo de contrato.

4.3 A validade da Proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias;

4.4 Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, devendo O(a) Pregoeiro(a) proceder às correções necessárias.

4.5 O representante do licitante, que será credenciado nos termos dos **itens 6.5 e 6.6** deste edital, deverá estar apto a formalizar na própria sessão, por escrito, Proposta de Preço que consubstancie o lance vencedor, se for o caso, segundo o **item 9.5** deste edital.

4.6 Observações extras para a formulação das propostas de preços:

4.6.1. Deverão ser informados além dos preços unitários e totais, os seus respectivos valores por extenso.

4.6.2. Deverá vir anexo a presente proposta declaração, com firma reconhecida do licitante que nos preços unitários e totais estão computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, conforme item 4.2.1, acima.

### **5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE nº 02)**

5.1 O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os seguintes documentos, em idioma nacional, em uma única via, sem rasuras, emendas ou ressalvas, conforme relação a seguir:

#### **5.1.1. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

##### **5.1.2 - RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

5.1.2.1. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no Pregão da Junta onde tem sede a matriz.

5.1.2.2. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

5.1.2.3. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o Pregão no Cartório de registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

5.1.2.4. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE PREGÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2.5. **CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (CCMEI)**, tipo empresarial que se equipara ao empresário individual, conforme Lei Complementar nº 128/2008, devidamente disponibilizada integralmente em ambiente virtual, por meio do sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

5.1.2.6. **ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DA SEDE DA LICITANTE e ALVARÁ DE REGISTRO SANITÁRIO**;

5.1.2.7. **CÉDULA DE IDENTIDADE E CPF**, de Sócio-Administrador ou do titular da empresa;

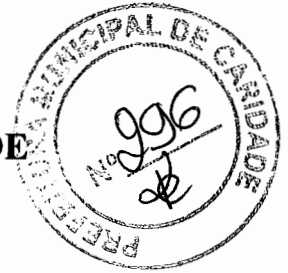
#### **5.2.1 - RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

5.2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.2.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE**



**5.2.1.3. PROVAS DE REGULARIDADE, EM PLENA VALIDADE, PARA COM:**

- a.1) - a **Fazenda Federal** (Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014);
- b.2) - a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de tributo estadual do domicílio da licitante);
- c.3) - a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos Municipais) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data de encerramento desta licitação, se outro prazo não constar dos documentos;
- d.5) - o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- e.6) - a Justiça do Trabalho – CNDT.

5.2.1.4. - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

5.2.1.5. - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão de Pregões, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme os ditames da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014;

5.2.1.6. - A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação, ou item, conforme o caso.

**5.3.1 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

5.3.1.1 - Atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do assinante e firma reconhecida, comprovando que a LICITANTE forneceu ou está fornecendo materiais compatíveis com o objeto da licitação, nos moldes do Termo de Referência, anexo I;

**5.4.1 - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

5.4.1.1. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial – constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, comprovado através do cálculo dos seguintes índices contábeis, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, com Certidão de Regularidade Profissional - CRP;

5.4.1.2. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) **Sociedades empresariais em geral:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, juntamente com a CRP prevista no item 5.4.1.1. deste edital.

b) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

c) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial. Acompanhado com a CRP prevista no item 5.4.1.1 deste edital.

d) **As empresas constituídas á menos de um ano:** apresentarão deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, devendo este profissional apresentar a CRP prevista no item 5.4.1.1 deste edital.

5.4.1.3. As empresas optantes pelo regime de tributação sobre o lucro real/presumido, através da escrituração digital SPED (ECD), conforme dispõe o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº. Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015 da Receita Federal do Brasil. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 5º da Instrução Normativa RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo.

5.4.1.4. A boa situação financeira, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), maior que um (>1), Solvência Geral (SG), maior que um (>1) e Liquidez Corrente (LC), maior que um (>1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**OBSERVAÇÃO<sup>1</sup>:** As demonstrações contábeis compreendem: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

**OBSERVAÇÃO<sup>2</sup>:** O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, acompanhado do CRP do profissional.

**5.4.1.5. Nos demais casos:**

5.4.1.5.1. No caso de sociedades civis, o balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados na forma da legislação civil competente;

5.4.1.5.2. Os demais tipos societários deverão apresentar cópias autenticadas do Balanço Patrimonial, acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, este, devidamente registrado na Junta Comercial do estado sede do licitante, acompanhado da Certidão CRP do contador responsável, facultando-se o Pregoeiro o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação de valores.

**OBSERVAÇÃO<sup>3</sup>:** A demonstração contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

5.4.1.6. Fica dispensado da apresentação da exigência prevista no item 5.4.1.1 a 5.4.1.5.2 e 5.4.1.8 deste tópico a figura do Microempreendedor Individual (MEI), devendo apresentar as demais exigências.

5.4.1.7. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade;

5.4.1.8. Certidão Simplificada e Específica da Junta Comercial do Estado da sede da licitante. Com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias à data de abertura deste certame.

**5.5.1 - DEMAIS EXIGÊNCIAS:**

5.5.2. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

5.5.3. Declaração de conhecimento de todos os parâmetros e elementos do produto a ser ofertado e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

5.5.4. Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



5.5.5. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

5.5.6. Declaração sob as penalidades cabíveis, que é microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

5.5.7. Certidão Negativa de Débitos Municipais do Município de CARIDADE, com prazo de emissão até 24 (vinte e quatro) horas anteriores a data de abertura do certame.

5.5.8. O documento acima referido deverá ser solicitado por representante legal do licitante interessado (sócio, titular ou procurador do licitante com poderes para tal munido de documentação comprobatória), devendo seus pedidos serem protocolados, junto ao Município de Caridade com antecedência.

## **6. O RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DO CREDENCIAMENTO**

6.1A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada no endereço constante do Preâmbulo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo e o conteúdo deste edital.

6.2 Antes do início da sessão, os representantes dos interessados em participar do certame, deverão se apresentar para credenciamento junto ao(a) Pregoeiro(a), devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

6.3 No dia e local designado neste edital, na presença dos representantes dos licitantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, O(a) Pregoeiro(a) receberá, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preço e a documentação exigida para a habilitação dos licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

6.4 Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pelo(a) Pregoeiro(a) após as **13h30min**, salvo no caso do **item 9.5** deste edital.

6.5 Cada licitante credenciará representante que será admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

### **6.6.0 -Por CREDENCIAMENTO entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:**

#### **PESSOA JURÍDICA:**

#### **6.6.1. TRATANDO-SE DE PROPRIETÁRIO OU SÓCIO ADMINISTRADOR:**

6.6.1.1. Documento de *identidade* de fé pública com fotografia;

6.6.1.2. Ato Constitutivo da Empresa (*Contrato Social/Estatuto Social/Registro de Firma Individual/ Certificado da Condição de Microempreendedor Individual*) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores; em se tratando de MEI, o documento que é disponibilizado por meio do sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

6.6.1.3. Apresentar a *Declaração* de pleno conhecimento e de atendimento às exigências quanto à proposta e à habilitação previstas no Edital, conforme disposto no art. 4º, inciso VII da Lei. 10.520/2002;

#### **6.6.2. TRATANDO-SE DE REPRESENTANTE LEGAL:**

6.6.2.1 - Documento de *identidade* de fé pública com fotografia;

6.6.2.2. Ato Constitutivo da Empresa (*Contrato Social/Estatuto Social/Registro de Firma Individual/ Certificado da Condição de Microempreendedor Individual*) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores; em se tratando de MEI, o documento que é disponibilizado por meio do sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

6.6.2.3. **PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR**, esta última com firma reconhecida do assinante, (acompanhado com os atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



eleição, contrato social, requerimento de empresário individual, etc, nos quais estejam expressos poderes para o outorgante exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora). A procuração ainda deverá ser específica para participar do presente certame, onde deverá indicar outorga de poderes para, na forma da lei, representar a licitante e praticar os atos a que se destinam, ofertar lances verbais, interpor recursos administrativos, apresentar documentos de habilitação e proposta de preços, assinar ata e os demais fins pertinentes ao certame, em nome da licitante, poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante. **OBS: não serão aceitas procurações (públicas ou particulares) com prazo de emissão acima de 01 (um) ano civil, a contar da data da sua emissão.**

6.6.2.4. Apresentar a **Declaração** de pleno conhecimento e de atendimento às exigências quanto à proposta e à habilitação previstas no Edital, conforme disposto no art. 4º, inciso VII da Lei. 10.520/2002;

6.6.2.5. Na ocasião do credenciamento, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso, DECLARAR, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, bem como apresentar a declaração expedida pela Junta Comercial, nos termos do art. 8º da IN 103/2007 do DNRC – Departamento Nacional de Registro no Comércio, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no §4º do artigo 3º da citada Lei complementar, sob pena de assim não fazer, não poder usufruir dos benefícios concedidos pela referida lei e ser inabilitada de participar da cota reservada a este tipo de empresa.

6.6.2.6. Devendo apresentar em anexo a esta declaração a Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede a pessoa jurídica (quando se trata de ME e EPP) para atendimento ao que determina o item 6.6.2.5.

6.6.2.7. - Os documentos de credenciamento e de identificação deverão ser apresentados em separados dos envelopes de proposta de preço e de habilitação, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura desses envelopes.

6.6.2.8. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração prevista no item 6.6.2.7, poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.

6.7. - A incorreção ou não apresentação do instrumento de mandato, da comprovação de que se trata o sub ITEM 6.6.0, implicará no **não credenciamento do licitante**. Obviamente ainda sendo aceitas a sua proposta de preços e documentos de habilitação. Apenas a licitante não terá representante credenciado.

6.7.1. - No decorrer do procedimento licitatório, *até antes da fase de lances verbais*, os licitantes poderão nomear representantes, caso não os tenha feito, descredenciar ou substituir os já nomeados, desde que apresente os documentos exigidos neste ITEM. Entretanto, não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa/entidade licitante.

6.8. - Não poderão participar licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns.

6.9. - Se antes do início da abertura dos envelopes de preço for constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes, somente uma delas poderá participar do certame.

6.10. - Se constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura dos envelopes de preço, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

6.11. Os recursos deverão ser dirigidos ao(a) Pregoeiro(a). É garantido à licitante o direito de recurso das decisões tomadas, observadas as normas previstas no artigo 4º inciso XVIII da Lei Nº 10.520/02.





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



6.12. Não nos responsabilizamos por envelopes que chegarem após a licitação; caso mandem pelo correio, certifiquem-se com o setor de licitação a chegada do mesmo, pelo menos dois dias antes da licitação, os envelopes de documentação enviados pelo correio caso não forem abertos os mesmos serão fragmentados caso a empresa não os retire.

## 7. DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

7.1O Pregão será realizado pelo Sistema presencial.

7.2O julgamento da licitação será realizado em apenas uma fase, sendo dividido em duas etapas somente para fins de ordenamento dos trabalhos, e obedecerá ao critério do **Menor Preço por LOTE**.

I – a etapa de classificação de preços compreenderá a ordenação das propostas de todos os licitantes, classificação inicial das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais dos licitantes proclamadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

II – a etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" do licitante classificado em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente edital, bem como a declaração do licitante considerado vencedor do certame e a adjudicação, sendo esta última feita caso não ocorra interposição de recurso.

7.3 Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

7.4 Da reunião para recebimento, abertura e classificação das propostas e habilitação será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, as propostas apresentadas, as observações e impugnações feitas pelas licitantes e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, devendo ser assinadas pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio e por todos os representantes presentes dos licitantes ou por representantes entre eles escolhidos, sendo o número mínimo de dois licitantes;

7.5 A reunião mencionada no item anterior poderá ser gravada, pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, por qualquer meio de reprodução mecânica ou eletrônica, como a fotográfica, cinematográfica, fonográfica ou de outra espécie. O(a) Pregoeiro(a) comunicará aos licitantes qual o meio de gravação estará utilizando e os registros decorrentes desta poderão ser utilizados para comprovação de atos e fatos nele contidos, sendo que será arquivada por um período de 60 (sessenta) dias após a data da reunião.

7.6 O licitante vencedor será convocado a apresentar a proposta de preço definitiva e firmar o instrumento contratual, do qual fará parte o edital, seus anexos e a respectiva proposta.

7.7 O Município de CARIDADE se reservará o direito de efetuar diligências visando confirmar as informações apresentadas pelo licitante sobre as características dos serviços ofertados. Caso sejam encontradas discrepâncias entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Se inexequíveis, este fato implicará na desclassificação da proposta da licitante.

## 8. DA FASE DE CLASSIFICAÇÃO DE PREÇOS

8.1 Serão abertos os envelopes "Proposta de Preço" de todos os licitantes e O(a) Pregoeiro(a) informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para os serviços objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

8.2 O(a) Pregoeiro(a) fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem decrescente, de todos os licitantes, classificando o licitante com proposta de **Menor Preço por LOTE** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço, para que seus representantes participem dos lances verbais.

8.2.1 Quando não forem verificadas no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no item 8.2, O(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas, até o máximo 03 (três), para que seus representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2.2 O(a) Pregoeiro(a) poderá consultar a todos os licitantes que apresentaram propostas de preços superiores ao menor preço, se estes desejam participar da fase de lances verbais com preço inferior ao já estabelecido nesta fase.



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



8.3 Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços decrescentes.

8.3.1 O(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os representantes dos licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de menor preço e os demais, em ordem decrescente de preço.

8.3.2 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.3.3 Caso não mais se realizem lances verbais, será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.3.4 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

**8.3.5 Após o encerramento da etapa de lances, O(a) Pregoeiro(a) verificará a existência de ME e EPP, para os efeitos do contido na Lei Complementar 123/2006, procedendo como previsto no item 9.**

8.4 Declarada encerrada a etapa competitiva e realizada a classificação final das propostas, O(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.4.1 Será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e os valores estimados para a contratação.

8.5- Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e inicialmente classificadas sem que se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão, observado, primeiramente, o disposto no item 8.5.1.

8.5.1- Quando for constatado o empate, conforme estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, O(a) Pregoeiro(a) aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, da seguinte forma:

8.5.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

8.5.1.2 - Para efeito do disposto no 8.5.1.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

*I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de cinco minutos, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;*

*II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 8.5.1.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também todos no prazo de cinco minutos cada, sob pena de preclusão;*

*III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 8.5.1.1, inciso I deste Edital, será realizado sorteio para definir aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

8.5.1.3 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 8.5.1.2 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5.1.4 - O disposto no item 8.5.1.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.5.1.5 - Após o desempate, poderá O(a) Pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

8.6- Nas situações em que não se realizem lances verbais, ou depois de declarado o encerramento da etapa competitiva, ou se a oferta não for aceitável ou no exame de oferta subsequente, O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor para a Administração.

8.7- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

8.8- Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope n.º 01 (Proposta de Preço), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, bem como os que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis,



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



serão considerados desclassificados, não se admitindo complementação posterior.

8.8.1-Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

8.9-Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO

9.1 Efetuados os procedimentos previstos no **item 8** deste edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, O(a) Pregoeiro(a) anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.

9.2 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior, salvo disposto no item 9.2.1.

9.2.1 Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.2.1.1 Para efeito do disposto no item acima, as ME e EPP, por ocasião de participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2.1.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Lei Complementar 147/2015.

9.2.1.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.2.1.4 Será inabilitado o licitante que não atender às exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma, e ainda, a ME ou EPP que não apresentar a regularização da documentação de Regularidade Fiscal no prazo definido no item "d.8" acima.

9.3 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo(a) Pregoeiro(a), caso não haja intenção de interposição de recurso.

9.4 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, O(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, permitida renegociação – **item 8.6** do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até uma proposta que atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

9.5 O licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar, na própria sessão, Proposta de Preço formal que ratifique o último lance ofertado, se for o caso. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo, motivadamente, por 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação realizada na audiência pública do Pregão.

9.6 Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo(a) Pregoeiro(a), sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) do(s) licitante(s) presente(s) à sessão ou por representantes entre eles escolhidos, sendo o número mínimo de dois licitantes.

9.7 Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a prestação dos serviços será feita, pelo(a) Pregoeiro(a), a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião. Posteriormente, o



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



processo, devidamente instruído, será encaminhado para as Secretarias para homologação e subsequente contratação.

9.8 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declarados vencedores serão retirados pelos representantes dos licitantes na própria sessão. Os remanescentes permanecerão em poder do(a) Pregoeiro(a), devidamente lacrados, durante 20 (vinte) dias correntes à disposição dos licitantes. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

#### 10. DOS RECURSOS

10.1 Ao final da sessão, depois de declarado o licitante vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1 O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo.

10.1.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) ao licitante vencedor.

10.1.3 A petição poderá ser feita na própria sessão e, se oral, será reduzida a termo em ata, facultado ao(a) Pregoeiro(a) o exame dos fatos e julgamento imediato do recurso.

10.2 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação deste município.

10.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Ordenador de Despesas homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es) do certame, determinando a contratação da adjudicatária.

10.5 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

#### 11. DA CONTRATAÇÃO

11.1 As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato específico, celebrado entre o Município, representado pelo Ordenador de Despesas (doravante denominado Contratante), e o licitante vencedor (doravante denominada Contratada), que observará os termos da Lei n.º 8.666/93, deste edital e demais normas pertinentes, cuja minuta foi submetida a exame prévio da Assessoria Jurídica do Município.

11.2 O licitante vencedor terá o **prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados da devida convocação, para celebrar o referido Contrato, do qual farão parte integrante o edital, seus anexos, a proposta e demais documentos apresentados pelo licitante vencedor. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto no item 17.7 deste edital.

11.3. Se o licitante vencedor não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido é facultado ao Ordenador de Despesa convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas (item 8.4 deste edital), para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços (descontos), ou revogar a licitação.

11.4. Incumbirá à Contratante providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do Contrato nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

11.5. O licitante adjudicatário se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação.

11.6. O Termo de Contrato só poderá ser alterado em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

#### 12. DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1. O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura, **Até 31 (trinta e um) de dezembro de 2017**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.



## ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIIDADE



### 13. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. A Contratante, além das obrigações resultantes da observância da Lei n.º 8.666/93, deverá obedecer às disposições elencadas na minuta do Termo de Contrato – Anexo a este edital.

### 14. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

14.2 A fiscalização do Contrato será exercida pelo Ordenador de Despesa.

14.3 O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14.4 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14.5 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.

### 14.6. FORMA DE FORNECIMENTO:

14.6.1. O FORNECIMENTO do objeto será parcial ou total, conforme necessidade da Secretaria. O FORNECIMENTO dos bens licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE FORNECIMENTO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira de cada Secretaria Solicitante.

14.6.2. A ordem de fornecimento/autorização de FORNECIMENTO emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do Pregão no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou do próprio Pregão.

14.6.3. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de fornecimento/autorização de FORNECIMENTO, o fornecedor deverá fazer a FORNECIMENTO do produto no local designado pela Contratante, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a FORNECIMENTO dos bens.

14.6.4. O aceite dos bens pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos ITENS entregues.

14.6.5. Poderão ser firmados contratos decorrentes do Pregão, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

14.6.6. DO PRAZO E LOCAL DE FORNECIMENTO: Os bens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da expedição da ORDEM DE FORNECIMENTO pela administração, no local determinado na ORDEM DE FORNECIMENTO/ AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

14.6.7. Os ITENS deverão obedecer a um cronograma de FORNECIMENTO, a partir das características que se apresentam, nos quantitativos e itens discriminados na ORDEM DE FORNECIMENTO/ AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

14.6.8. Os itens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

14.6.9. Por ocasião DO FORNECIMENTO dos ITENS, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal.





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE**



14.6.10. Para os bens objetos deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de CARIDADE - CE, com endereço na Avenida Cel. Francisco Linhares, 250, Centro, CARIDADE, Estado do Ceará. inscrito no CNPJ sob o nº 07.707.094/0001-82.

14.6.11. No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

14.6.12. Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

14.6.13. Os bens licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do FORNECIMENTO que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do FORNECIMENTO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do FORNECIMENTO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do FORNECIMENTO. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- d) aceitar, nas mesmas condições do Pregão de preços, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no FORNECIMENTO, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Pregão, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- e) a FORNECIMENTO dos ITENS deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

#### **15. DA RESCISÃO DO CONTRATO**

15.1 - O contrato firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos art's. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

15.2- Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

#### **16 DO PAGAMENTO e REAJUSTE**

16.1. O pagamento será realizado mediante a prestação do serviço, objeto do contrato e apresentação da Nota Fiscal correspondente, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor. A Nota Fiscal deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pela Prefeitura Municipal de CARIDADE.

16.2. Serão descontados, em cada pagamento a ser realizado, sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.

16.3. No ato do pagamento, a contratada deverá COMPROVAR, mediante apresentação de TODAS as certidões pertinentes, a sua Regularidade Fiscal e Trabalhista, devendo estas, serem entregues na Tesouraria da Prefeitura Municipal de CARIDADE.

#### **16.4 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO**

16.4.1. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste antes de decorridos até 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

16.5. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

16.6 - Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com equipamentos e mão-de-obra.

### 17 DAS PENALIDADES

17.1- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

17.2 - A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de CARIDADE, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

17.3 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 17.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

17.4 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

17.5 - As sanções previstas nos incisos III e IV do item 17.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.



## ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



17.6 - As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 17.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.7 - A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,00%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

17.8 - As sanções previstas no **item 17.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

### 18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Os recursos para a execução do objeto da presente licitação correrão à conta das Dotações Orçamentárias especificadas no Preâmbulo deste Edital.

### 19 DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos os interesses públicos e o da Administração, sem comprometimento da segurança da /Contratação. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) durante a sessão.

19.2. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

19.3. A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

19.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

19.6. O Ordenador de Despesa poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, não cabendo às licitantes direito a indenização.

19.7. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de CARIDADE – CE.

19.9. Na hipótese de não haver expediente na data marcada para o recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, a data da abertura ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

19.10. Quaisquer dúvidas porventura existentes ou solicitações de esclarecimentos sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação (endereço mencionado no Preâmbulo deste Edital), até 05 (cinco) dias correntes anteriores à data fixada para a realização do Pregão, que serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada somente aos que se cadastrarem mediante Termo de Retirada de Edital.

19.11. As impugnações referidas nos **itens 3.5 e 3.6** e os recursos mencionados no **item 10** deste edital, eventualmente interpostos, serão dirigido ao Ordenador de Despesa, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), e protocolizados exclusivamente no endereço mencionado no Preâmbulo deste edital.

**19.12 - Cópias do edital e anexos serão fornecidas, nos horários de 08:00 às 12:00 horas, no endereço abaixo, ficando os autos do presente processo administrativo de Pregão à disposição para vistas e conferência dos interessados. Bem como o edital disponível no Portal de Licitações do TCM-CE, no site <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>, nos prazos estabelecidos na Instrução Normativa nº. 004/2015;**

19.13. Todas as declarações exigidas neste edital devem estar com firma reconhecida;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE**



19.14 Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Ordenador de Despesa, mediante aplicação da legislação pertinente.

19.15 - Os interessados, ao participarem do pregão, expressam, automaticamente, sua total concordância aos termos deste Edital, não podendo alegar, posteriormente, desinformação sua ou de representante.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;  
ANEXO II - PROPOSTA PADRONIZADA;  
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO;  
ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

**CARIDADE – CE, 04 de Abril de 2017.**

  
**RAIMUNDO PINHEIRO DE LIMA JUNIOR**  
Pregoeiro



# ESTADO DO CEARÁ

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



### ANEXO I-TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1.0. OBJETO:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARIDADE/CE.

#### 1.1. ESPECIFICAÇÕES:

1.1. A pauta com os quantitativos esta anexadas ao presente termo de referência - Anexo I.1 - Discriminação dos itens/por lote.

#### 2.0. JUSTIFICATIVA:

2.0.1 A Administração Municipal, através da secretaria municipal de educação e saúde, vem no intuito de garantir o atendimento das diversas necessidades administrativas dos setores vinculados e estes órgãos, realizar processo de demanda para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO.

#### 3.0. PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO E EXECUÇÃO:

3.1. O prazo de execução do objeto contratual se dará a partir da assinatura do presente contrato até 31 DE DEZEMBRO de 2017.

#### 4.0. FORMA DE FORNECIMENTO:

4.1. O FORNECIMENTO do objeto será parcelado, conforme necessidades de cada Secretaria. O FORNECIMENTO dos bens licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE FORNECIMENTO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Secretaria.

4.2. A ordem de fornecimento/autorização de FORNECIMENTO emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do Pregão no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou do próprio Pregão.

4.3. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de fornecimento/autorização de FORNECIMENTO, o fornecedor deverá fazer a FORNECIMENTO do produto no local designado pela Contratante, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a FORNECIMENTO dos bens.

4.4. O aceite dos bens pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos ITENS entregues.

4.5. Poderão ser firmados contratos decorrentes do Pregão, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

4.6. DO PRAZO E LOCAL DE FORNECIMENTO: Os bens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da expedição da ORDEM DE FORNECIMENTO pela administração, no local determinado na ORDEM DE FORNECIMENTO/ AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

4.7. Os ITENS deverão obedecer a um cronograma de FORNECIMENTO, a partir das características que se apresentam, nos quantitativos e itens discriminados na ORDEM DE FORNECIMENTO/ AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

4.8. Os itens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

4.9. Por ocasião DO FORNECIMENTO dos ITENS, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal.

4.10. Para os bens objetos deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de CARIDADE - CE, com endereço na Av. Cel Francisco Linhares, 250, Centro, CARIDADE, Estado do Ceará. inscrito no CNPJ sob o nº 07.707.094/0001-82.

4.11. No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE**



4.12. Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

4.13. Os bens licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do FORNECIMENTO que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do FORNECIMENTO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do FORNECIMENTO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do FORNECIMENTO. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- d) aceitar, nas mesmas condições do Pregão de preços, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no FORNECIMENTO, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Pregão, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- e) a FORNECIMENTO dos ITENS deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

5.14 - A fiscalização do contrato será exercida pela **CONTRATANTE**, por meio de servidor previamente designado, conforme estabelecido no artigo 67 da Lei 8.666/1993 e alterações.

4.15 - O exercício da fiscalização ou acompanhamento do FORNECIMENTO dos BENS será exercido no interesse do Município e não inclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

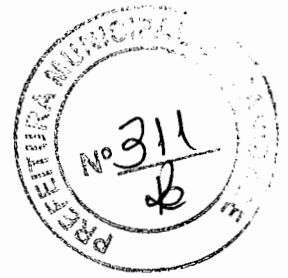
4.16 - **A CONTRATANTE se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais/produtos entregues, se em desacordo com os termos do presente instrumento e do respectivo contrato.**

4.17 - Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

4.18 - A FORNECIMENTO do(s) BENS, objeto da licitação não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, pelo perfeito desempenho em relação ao prazo de FORNECIMENTO e qualidade dos produtos.



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



ANEXO I.1 - DESCRIMINAÇÃO DOS ITENS/POR LOTE.

LOTE I - MATERIAL DE EXPEDIENTE FME 2017.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. TOTAL
01	FIO DE SISAL NATURAL 500/1/1 ROLO C/ 1KG.	ROLO	5
02	BASTÃO DE COLA; PARA PISTOLA DE COLA QUENTE 5/16 X 4" COM 12 PEÇAS UTILIZADA NA PISTOLA DE COLA QUENTE PESO; 0,1 KG.	KG	5
03	CALCULADORA GRANDE; 12 DIGITOS.	UND	5
04	CARREGADOR DE TINTA; PARA QUADRO BRANCO CX COM 12 UND.	CX	20
05	CD-R; 80MM/700MB PCT C/100 UND.	PCT	5
06	CLIPS; 2/0 C/100 UNID.	CX	200
07	CLIPS; 4/0 C/50 UNID.	CX	200
08	CLIPS; 6/0 C/50 UNID.	CX	200
09	CLIPS; 8/0 C/25 UNID.	CX	200
10	CORRETIVO 18 ML; A BASE DÁGUA 18ML 0.6 FL OZ CX 12 UND.	CX	200
11	DVD'S; PCT C/50 UND.	PCT	4
12	ENVELOPE AMARELO; TAM 16X23.	UND	400
13	ENVELOPE AMARELO; TAM OFÍCIO 26X36 CM.	UND	600
14	ESTILETE GRANDE ALTURA: 1,00 CENTIMETROS LARGURA: 3,50 CENTIMETRO PROFUNDIDADE: 15,00.	UND	200
15	FITA ADESIVA TRANSPARENTE; FECHAMENTO DE CAIXAS DE PAPELÃO, EMPACOTAMENTO, EMENDAS ETC; NAS MEDIDAS DE 12/19/25/48/70mm.	UND	80
16	FITA GOMADA; 38x50.	UND	150
17	GRAMPEADOR P/100 FLS.	UND	30
18	GRAMPEADOR; P/ 20 FLS.	UND	50
19	GRAMPO PARA GRAMPEADOR; 23/8 C/5000 UND.	CX	10
20	GRAMPO PARA GRAMPEADOR; 26/6 CX C/5000 UND.	CX	50
21	GRAMPOS; TIPO TRILHO; METALICO PARA PASTAS; CAIXAS E ETC; 80MM CAIXA COM 50 UND.	CX	10
22	ISOPOR; EM LÂMINA 15MM.	FLS	200
23	LIVRO DE ATA; C/50fls.	UND	80
24	LIVRO DE PONTO; 100 FLS.	UND	100
25	MARCA TEXTO; C/12 UND.	CX	45
26	PAPEL 60 QUILOS; COLORIDO PACOTE C/100 FOLHAS.	PCT	15
27	PAPEL OFÍCIO A4; CAIXA C/10 RESMAS COM 500fls.	CX	400
28	PASTA AZ; LOMBO LARGO.	UND	50
29	PASTA AZ; LOMBO FINO.	UND	50
30	PASTA CATÁLOGO TRANSPARENTE 50 SACOS A4.	UND	10
31	PASTA COM ABA; TAMANHO OFÍCIO SOFT; COR TRANSPARENTE.	UND	250
32	PASTA COM CANALETA; SEMI-FIXA CORES SORTIDAS.	UND	200
33	PASTA COM TRILHO; PAPELÃO PLASTIFICADA.	UND	500
34	PASTA SAFONADA; TRANSPARENTE C/12 DIVISÓRIAS; CRISTAL.	UND	10
35	PERCEVEJO METAL GAVALNIZADO C/100 UND.	CX	05
36	PERFURADOR DE PAPEL 100 FLS DIMENSÕES: 115 X 240 X 260MM; ABERTURAS: 13MM; CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: 100 FOLHAS; DISTÂNCIA ENTRE FUIROS: 80MM; DISTÂNCIA DE MARGEM: 8MM PESO: 3,2KG; BASE E CABO: FERRO FUNDIDO BASE: PLÁSTICO RECICLÁVEL; PINOS: AÇO TREFILADO, TEMPERADO E ZINCADO; SEPARADORES: TRANSPARENTES COR: CINZA CLARO.	UND	01
37	PERFURADOR DE PAPEL METAL; MÉDIO, PINTADO, 30 FLS MANUAL, APARADOR DE PLÁSTICO, MARGEADOR.	UND	10
38	PINCEL ATÔMICO 1100-p CX C/12 (AZUL 50% E PRETO 50%)	CX	100
39	PINCEL PARA QUADRO BRANCO; PILOT RECAREGAVEL CX C/12 UND	CX	100
40	REFIL PARA PINCEL ATÔMICO; CX C/12 UND CORES VARIADAS.	CX	20
41	TESOURA; INOX GRANDE CABO PLÁSTICO.	UND	50
42	TNT CORES VARIADAS; ROLO COM 1,40 DE LARGURA; 50M DE	ROLO	15



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



COMPRIMENTO.		
--------------	--	--

LOTE II - MATERIAL DIDÁTICO FME 2017.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. TOTAL
01	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO (PLASTICO ANATÔMICO)	UND	100
02	APONTADOR COM DEPÓSITO JUMBO	UND	2.000
03	APONTADOR COMUM	UND	6.000
04	BORRACHA PONTEIRA PACOTE C/100 UND.	PCT	400
05	BORRACHA VERDE; MACIA ESPECIAL PARA APAGAR ESCRITA CX C/ 15 UND.	CX	300
06	KIT CONSTRUÇÃO BRINQUEDO DIDÁTICO P/ CRIAR E CONSTRUIR	PCT	350
07	CADERNO 1/4 BROCHURA; COM 96 FOLHAS.	UND	1.400
08	CADERNO BROCHURÃO; COM 96 FOLHAS.	UND	1.400
09	CADERNO DE CARTOGRAFIA 48 FLS	UND	1.400
10	CADERNO UNIVERSITÁRIO SPIRAL CAPA DURA; COM 10X1 MATERIAS.	UND	3.000
11	CADERNO UNIVERSITÁRIO SPIRAL COMUM; COM 10X1 MATERIAS.	UND	4.000
12	CADERNO SPIRAL PEQUENO; 96 FLS.	UND	1.000
13	CANETA ESFEROGRÁFICA; NAS CORES (AZUL E PRETA) FABRICADAS EM MATERIAL TRANSPARENTE; VALIDADE MINIMA DE TRÊS ANOS; CX COM 50 UND.	CX	300
14	CANETA HIDROGRÁFICA GRANDE; C/12 UNID (TAMPA ANTIFIXANTE PONTA GROSSA 4,0MM).	ESTOJO	400
15	CARTOLINA SIMPLES; CORES VARIADAS (48x66).	UND	3.000
16	COLA BRANCA; 90G C/12 UND.	CX	100
17	COLA COLORIDA; 23G C/ 4 UND.	CX	200
18	COLA DE ISOPOR; 90G C/12 UND.	CX	30
19	COLA GLITER ESCOLAR; PEGAMENTO GLITER 35G C/6 UND.	CX	30
20	COMPASSO ESCOLAR DE METAL C/ GRAFITE	UND	1.700
21	ESQUADRO GEOMÉTRICO 45º	UND	1.700
22	FOLHA DE EVA CORES VARIADAS 76X58.	UND	1.000
23	GIZ DE CERA; CX C/ 12 UNID.	CX	500
24	GIZÃO DE CERA; EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	CX	400
25	LAPIS DE COR JUMBO; CX C/12 UND G MINA MACIA E RESISTENTE.	CX	1.500
26	LAPIS DE COR; CX C/24 UND G MINA MACIA E RESISTENTE.	CX	5.000
27	LÁPIS PRETO; Nº 2 CX C/144UND.	CX	100
28	MASSA DE MODELAR C/6UND.	CX	500
29	PAPEL DUPLEX; CORES VARIADAS.	UND	1.000
30	PAPEL MADEIRA.	UND	2.000
31	PAPEL VELUDO; CORES VARIADAS.	UND	300
32	PASTA POLIONDA; 20MM CORES VARIADAS.	UND	500
33	PINCEL PARA PINTURA; CABO CURTO; PELO DE PÔNEI; REDONDO.	UND	2.000
34	REGUA PLÁSTICA; TRANSPARENTE 20 CM.	UND	2.000
35	REGUA PLÁSTICA; TRANSPARENTE 30 CM.	UND	3.000
36	TESOURA; ESCOLAR INOX CABO PLÁSTICO SEM PONTA.	UND	500
37	TINTA GUACHE; 15ML CX C/ 6 UND.	CX	3.000
38	TRANSFERIDOR GEOMÉTRICO 180º, 12CM, PLÁSTICO TRANSPARENTE, MATERIAL NÃO TÓXICO.	UND	1.700
39	BLOCO INFANTIL P/ MONTAR MONTE E APRONTE C/ 25 PEÇAS	PCT	300

LOTE III- MATERIAL DE EXPEDIENTE E DIDATICO - FMS 2017

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL ANUAL
1	ACESSÓRIO DE MESA EM ACRILICO - ORGANIZADOR COM BANDEJA, PÉS ANTIDERRAPANTES. DIMENSÕES DO PRODUTO: 11.9 X 16.7 X 3.3 POLEGADAS	Unidade	48
2	ALFINETE DE CABEÇA COLORIDO, C/50 UNIDADES. COMPOSIÇÃO:	Caixa	48



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



	AÇO NIQUELADO		
3	ALFINETE DE SEGURANÇA 03/581 PRATA 100UN	Caixa	168
4	ALMOFADA PARA CARIMBO - N.3 6,9X11CM, AZUL	Unidade	204
5	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO - MAGNÉTICO, PARA FIXAÇÃO EM QUADROS IMANTADOS, COMPARTIMENTO PARA DOIS MARCADORES, FELTRO DE 2MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 143 X 50 X 28MM	Unidade	120
6	APONTADOR DE 01 FURO PARA LÁPIS, SIMPLES, LÂMINA DE AÇO TEMPERADO ESPECIAL, CORES SORTIDAS. DIMENSÕES 6,5 X 12,5 X 1,3CM	Unidade	312
7	ARQUIVO MORTO DE POLIONDA. DIMENSÕES 350 X 130 X 245MM	Unidade	180
8	BLOCO DE RECADO AUTO COLANTE TAMANHO 38X40 COM 100 FHS. DIMENSÕES 3,8 X 5,0 CM	Unidade	204
9	BORRACHA BRANCA RETANGULAR - BORRACHA MACIA E SUAVE, APLICÁVEL SOBRE DIVERSOS TIPOS DE SUPERFÍCIE E PARA QUALQUER GRADUAÇÃO DE GRAFITE. DIMENSÕES: 4,2 X 2,9 1CM PESO DO PRODUTO SEM EMBLAGEM: 20,7GR	Unidade	504
10	BORRACHA PONTEIRA- - BORRACHA MACIA E SUAVE, APLICÁVEL SOBRE DIVERSOS TIPOS DE SUPERFÍCIE. DIMENSÕES: 2,9 X 2X 0,06CM. PESO DO PRODUTO SEM EMBLAGEM 4GR	Unidade	3960
11	CADERNO GRANDE C/ESPIRAL 200 FLS - CADERNO CAPA DURA 10 MATÉRIAS, 200 FOLHAS PAUTADAS. DIMENSÕES 200MM X 275MM	Unidade	216
12	CADERNO PEQUENO C/ESPIRAL 96 FLS - CADERNO 1/4 CAPA DURA 96 FOLHAS PAUTADAS. DIMENSÕES 140MM X 200MM	Unidade	120
13	CAIXA ARQUIVO - EM PAPELÃO KRAFT 2 CAPAS, ESPAÇO PARA ANOTAÇÕES, DIMENSÕES(C X L X A): 344X125X237	Unidade	180
14	CALCULADORA DE BOLSO , COM 8 DÍGITOS, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, VISOR: CRISTAL LÍQUIDO. FUNÇÕES: 4 OPERAÇÕES BÁSICAS, RAIZ QUADRADA, PORCENTAGEM, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO E TECLA OF	Unidade	120
15	CALCULADORA DE MESA - CALCULADORA ELETRÔNICA 12 DÍGITOS, DISPLAY GRANDE 117X143X26MM, 2 FONTES DE ENERGIA	Unidade	144
16	CANETA ESFEROGRÁFCA VERMELHA - PONTA MÉDIA DE 1 MM, LARGURA DA LINHA 0,4MM - TAMP A E PLUG DA MESMA COR DA TINTA.- TAMP A VENTILADA EM CONFORMIDADE COM PADRÃO ISSO,BOLA DE TUNGSTÊNIO, EMBALAGEM C/50 UNIDADES	Caixa	384
17	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL - PONTA MÉDIA DE 1 MM, LARGURA DA LINHA 0,4MM TAMP A E PLUG DA MESMA COR DA TINTA.TAMP A VENTILADA EM CONFORMIDADE COM PADRÃO ISSO,BOLA DE TUNGSTÊNIO. EMBALAGEM C/50 UNIDADES.	Caixa	72
18	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA - PONTA MÉDIA DE 1 MM, LARGURA DA LINHA 0,4MM TAMP A E PLUG DA MESMA COR DA TINTA.TAMP A VENTILADA EM CONFORMIDADE COM PADRÃO ISSO,BOLA DE TUNGSTÊNIO. EMBALAGEM C/50 UNIDADES.	Caixa	60
19	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA - PONTA MÉDIA DE 1 MM, LARGURA DA LINHA 0,4MM- TAMP A E PLUG DA MESMA COR DA TINTA.- TAMP A VENTILADA EM CONFORMIDADE COM PADRÃO ISSO, BOLA DE TUNGSTÊNIO. EMBALAGEM C/50 UNIDADES	Caixa	36
20	CANETINHA COLOR COM 12 UNID - PONTA MÉDIA - TINTA LAVÁVEL- ESTOJO PRÁTICO	Caixa	96
21	CAPA PARA ENCARDENAMENTO EM ACETATO DIVERSAS CORES TAM A4 COM 50 UNIDADES	Pacote	72
22	CARTOLINA SIMPLES - DIMENSÕES:50X66, GRAMATURA: 150G, CORES VARIADAS	Unidade	300
23	CD-RW - CD REGRAVÁVEL, VELOCIDADE/CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO- 80 MIN / 700MB	Unidade	240
24	CLIPE GRANDE 6/0 COM 50, EM ARAME DE AÇO.EMBALAGEM 500G	Caixa	144
25	CLIPE PEQUENO 2/0 COM 100 - EM ARAME DE AÇO. EMBALAGEM 100 UNIDADES	Caixa	144



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



26	COLA BASTÃO 10G	Unidade	144
27	COLA BRANCA PEQUENA 90G - LAVÁVEL A BASE DE ÁGUA	Unidade	312
28	COLA PARA ISOPOR 90G	Unidade	96
29	CORRETIVO 18 ML - EMBALAGEM DE 18G, SECAGEM INSTANTÂNEA E A BASE DE ÁGUA.	Unidade	384
30	CRACHA HORIZONTAL -CRACHÁ PVC CRISTAL 0,10, FORMATO 95X43MM ABERTURA LATERAL LADO 43MM, SEM PRESILHA	Unidade	2640
31	DVD REGRAVÁVEL - VELOCIDADE 1~4X, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 120 MIN / 4.7GB EMBALAGEM	Unidade	240
32	E.V.A COLORIDO, LAVÁVEL, ATÓXICO, 600X400X2MM, CORES SORTIDAS	Unidade	264
33	ELÁSTICO DE LATEX OU BORRACHA NATURAL.	Pacote	252
34	ENVELOPE SACO AMARELO 16 X 23 ENVELOPE PRODUZIDO COM PAPEL KRAFT NATURAL, ENVELOPE PARDO.	Unidade	648
35	ENVELOPE SACO AMARELO 20 X 28 ENVELOPE PRODUZIDO COM PAPEL KRAFT NATURAL, ENVELOPE PARDO.	Unidade	648
36	ENVELOPE SACO AMARELO 24 X 34 ENVELOPE PRODUZIDO COM PAPEL KRAFT NATURAL, ENVELOPE PARDO.	Unidade	1008
37	ESTILETE - LÂMINAS INDICADAS PARA REPOSIÇÃO: LPS 601, PL 09	Unidade	168
38	ETIQUETA EM FORMULÁRIOS CONTÍNUO 107X36 CX C/ 40000 ETIQUETAS	Caixa	24
39	EXTRATOR DE GRAMPO ESPATULA INOX CENTRAL	Unidade	192
40	FITA ADESIVA DUREX TRANSPARENTE 12 MM X 3 M	Unidade	384
41	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - FILME DE POLIPROPILENO BI-ORIENTADO COBERTO COM ADESIVO ACRÍLICO. EMBALAGEM CONTÉM 5 ROLOS. DIMENSÕES 48 X 50MTS	Unidade	144
42	FITA EM CETIM AUTO BRILHO - (16CM X 1,5CM) CORES VARIADAS	Rolo	300
43	FITA GOMADA TAMANHO: 50MM (LARGURA) X 165M (COMPRIMENTO) PESO: 80 G - COR: KRAFT - PACOTE COM 1 UNIDADE	Unidade	312
44	FLANELÓGRAFO 1,20 X 0,90	Unidade	156
45	FORMULÁRIO CONTÍNUO 1 VIA - FORMULÁRIO CONTÍNUO RAZÃO-MICROSSERRILHADO BRANCO 1 VIA- 60 G/M2, FORMATO 80 COLUNAS-240X5 1/2 CAIXA COM 6000 FOLHAS	Caixa	48
46	GIZ DE CERA PRETO - GIZ DE CERA PARA USO PROFISSIONAL. EMBALAGEM CONTÉM 12 UNIDADES	Caixa	180
47	GRAMPEADOR METÁLICO GRANDE - GRAMPEADOR DE MESA, GRAMPEIA ATÉ 80 FOLHAS ARMAZENA ATÉ 100 GRAMPOS. DIMENSÕES: 51X 32,5X 27,5CM	Unidade	192
48	GRAMPEADOR METÁLICO MEDIO -GRAMPEADOR MÉDIO DE MESA A17 PRETO; CAPACIDADE PARA ATÉ 25 FOLHAS 75 GRAMAS; RESERVATÓRIO PARA ½ PENTE DE GRAMPOS; BIGORNA DE DUAS FUNÇÕES;CORPO PLÁSTICO E BASE EMBORRACHADA.	Unidade	192
49	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 13MM - TAMANHO 23/13 - PARA 80 FOLHAS	Caixa	192
50	GRAMPOS - GRAMPOS GALVANIZADOS COM 1000 PEÇAS GRAMPO DE GRANDE CAPACIDADE 23/8 PRENDE ATÉ 55 FOLHAS	Caixa	192
51	ISOPOR - FOLHA 10 MM	Unidade	120
52	LÁPIS DE COR COM 12 CORES	Caixa	120
53	LAPIS Nº 02 - ECOLÁPIS GRAFITE 1205 MAX Nº 2 PRETO, MÁXIMA RESISTÊNCIA E MACIEZ, FORMATO REDONDO, EMBALAGEM CONTÉM 144 UNIDADES	Caixa	24
54	LIVRO DE ATA COM 100 FOLHAS -SEM MARGEM- CAPA DURA. EMBALAGEM C/1 UNIDADE. DIMENSÕES:210 X 300MM	Unidade	264





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



55	LIVRO DE ATA COM 200 FOLHAS -SEM MARGEM- CAPA DURA, EMBALAGEM CONTÉM 1 UNIDADE COM 200 FOLHAS. DIMENSÕES: 210 X 300MM	Unidade	72
56	LIVRO DE PONTO COM 160 FOLHAS - LIVRO DE PONTO 1/4.FORMATO 160 X 220 MM; CAPA EM PAPELÃO 0,705, NA COR VERDE.	Unidade	264
57	LIVRO DE PROTOCOLO - LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA-COM 100 FOLHAS; FORMATO 160 X 220 MM; CAPA DE PAPELÃO 0,705 GRS, NA COR PRETA E AZUL	Unidade	288
58	MARCADOR PERMANENTE, COR PRETA	Unidade	120
59	MOUSE PAD - COM BASE EM E.V.A E SUPERFÍCIE EM TECIDO DE MICROFIBRA	Unidade	168
60	PAPEL A4 75 G C/500 FOLHAS - GRAMATURA: 75G/M <sup>2</sup> FOLHAS/RESMA: 500, DIMENSÕES - FORMATOS: A4 (210 X 297 MM)	Resma	480
61	PAPEL CARBONO - PAPEL CARBONO AZUL 1 FACE, HELIOS 4000 C/100 FOLHAS	Caixa	204
62	PAPEL CARBONO 2 FACES C/100 FLS - DUPLA FACE, FORMATO: A4	Caixa	36
63	PAPEL COM-TACT - LAMINADO DE PVC AUTO-ADESIVO, PROTEGIDO NO VERSO, POR PAPEL SILICONADO. DIMENSÕES 45CM X 25M	Rolo	132
64	PAPEL DUPLEX - CORES VARIADAS, DIMENSÕES 48X66CM- 180G/M	Unidade	144
65	PAPEL MADEIRA -TAMANHO: 66 X 96, PESO: 80 G, COR: KRAFT, PACOTE COM 250 UNIDADES	Pacote	24
66	PAPEL RECICLADO 75G 210X297 A4, PCT C/500 - GRAMATURA:75G/M <sup>2</sup> , DIMENSÕES FORMATO A4: 210 X 297MM	Resma	360
67	PAPEL SULFITE OFICIO 40KG A4 170 GR COLORIDO/BRANCO PCT C/ 50 FOLHAS	Resma	1224
68	PAPEL SULFITE OFICIO 60KG A4 180 GR BRANCO/COLORIDO PCT C/ 50 FOLHAS	Folha	384
69	PAPEL VELUDO 50 X 70, CORES VARIADAS	Unidade	240
70	PASTA AZ LOMBO LARGO - TAMANHO OFICIO, COM FERRAGEM DE METAL E VISOR DE PLÁSTICO COM ETIQUETA REMOVÍVEL COR PRETA.	Unidade	384
71	PASTA AZ OFICIO LOMBO ESTREITO - AMANHO OFICIO, COM FERRAGEM DE METAL E VISOR DE PLÁSTICO COM ETIQUETA REMOVÍVEL COR PRETA.TAMANHO: 34,5 X 28,5 X 5,3 CM	Unidade	264
72	PASTA COLECIONADOR PASTA POLIPROPILENO ABA ELÁSTICO 2 CM 1022 - ACP - 003110	Unidade	504
73	PASTA COM ELÁSTICO - PASTA A4 POLIONDA ABA ELÁSTICA 3,5CM	Unidade	504
74	PASTA COM ELÁSTICO 18 MM - PASTA POLIPROPILENO ABA ELÁSTICO OFICIO 1021 -	Unidade	504
75	PASTA COM ELÁSTICO 40 MM PASTA A4 POLIONDA ABA ELÁSTICA	Unidade	504
76	PASTA COM ELÁSTICO PAPELÃO # PASTA EM CARTÃO DUPLEX. DIMENSÕES: 235 LARGURA X 325 ALTURA MM	Unidade	648
77	PASTA SANFONADA DE PLASTICO - PASTA SANFONADA A4 12 DIVISÕES 1027 - ACP	Unidade	108
78	PASTA SUSPENSIVA - PASTA SUSPENSIVA KRAFT GROSSO K200 - CAIXA COM 50 UNIDADES - GODEN KRAFT - 018193	Unidade	600
79	PEN DRIVE 16GB - CAPACIDADES 16 GB INTERFACE: USB 2.0. DIMENSÕES: 55,65MM X 17,3MM X 9,05MM PESO: 12 G	Unidade	144
80	PEN DRIVE 4GB - CAPACIDADES 4 GB INTERFACE: USB 2.0. DIMENSÕES: 55,65MM X 17,3MM X 9,05MM PESO: 12 G	Unidade	84
81	PEN DRIVE 8GB - CAPACIDADES 8 GB INTERFACE: USB 2.0. DIMENSÕES: 55,65MM X 17,3MM X 9,05MM PESO: 12 G	Unidade	84



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE

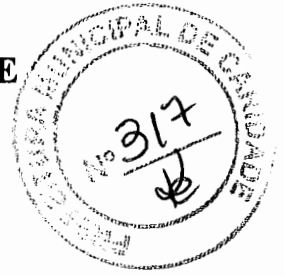


82	PERCEVEJO - PERCEVEJO ESTRELA AMARELO PRAYON CX 100 UM	Caixa	132
83	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS - PERFURADOR UNIVERSAL 2 FUROS METAL 60/70 FOLHAS	Unidade	168
84	PINCEL PARA QUADRO BRANCO VÁRIAS CORES - NÃO RECARREGÁVEL - TINTA ESPECIAL - PONTA DE 4,0MM, ESPESSURA DE ESCRITA 2,0MM - COR AZUL, VERMELHA E PRETA	Unidade	312
85	PINCEL ATÔMICO - PINCEL ATÔMICO CORES VARIADAS, ESCRITA GROSSA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL RECARREGÁVEL. CAIXA COM 12	Unidade	168
86	PINCEL MARCA TEXTO - CANETA MARCA-TEXTO DE BOLSO, PONTA CHANFRADA PARA MARCAR COM LINHA GROSSA OU SUBLINHAR COM LINHA FINA, TINTA À BASE DE ÁGUA	Unidade	384
87	PORTA DUREX	Unidade	144
88	PORTA-LÁPIS - ORGANIZADOR DE MESA ( PORTA LÁPIS / CLIPS / LEMBRETE ), COR CRISTAL. DIMENSÕES: 228 X 65 X 90	Unidade	168
89	PRANCHETA DE DURATEX TAMANHO OFÍCIO - PARA USO GERAL. PEGADOR DE METAL. FORMATO OFÍCIO. DIMENSÕES 33 X 23CM	Unidade	240
90	PRESILHA JACARÉ COM ALÇA PCT 50 UNIDADE - PRESILHA JACARÉ PARA CRACHÁS ALÇA LEITOSA.	Unidade	60
91	QUADRO BRANCO - QUADRO BRANCO, ACOMPANHA SUPORTE PARA APAGADOR, MOLDURA EM ALUMÍNIO, DIMENSÕES: 900MM X 1200MM. PESO:3 KG	Unidade	144
92	RÉGUA DE ACRILICO TRANSPARENTE 30 CM RÉGUA EM POLIESTIRENO 30 CM. DIMENSÕES 310 X 35 X 3 A107	Unidade	264
93	TESOURA GRANDE - LÂMINA EM AÇO INOX 7. CABO EM POLIPROPILENO. DIMENSÕES: COMPRIMENTO:275MM LARGURA:100MM TAMANHO:18MM - PESO SEM EMBALAGEM:0,0555	Unidade	156
94	TESOURA PEQUENA, PONTA ARREDONDADA, COM CABO DE POLIPROPILENO, DE AÇO INOXIDÁVEL	Unidade	192
95	TINTA PARA CARIMBO - EMBALAGEM C/40ML, COR: AZUL	Unidade	168
96	TNT - TECIDO A BASE DE PROLIPOPILENO E VISCOSE.	Metro	240

  
MARIA DE FÁTIMA ROCHA DE SOUSA  
Ordenadora Geral de Despesas



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE/CE  
SRº. PREGOEIRO(A),  
CARIDADE-CE

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017/FME/PP

Data: \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ horas

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência N.º: \_\_\_\_\_ Conta Corrente n.º: \_\_\_\_\_

ITEM	PRODUTOS	UNID	MARCA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	VALOR GLOBAL					

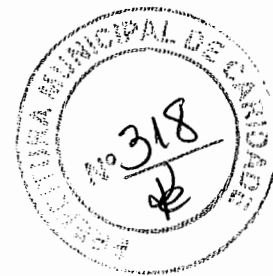
1. Valor Global da Proposta: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)
2. Prazo: Conforme o Edital.
3. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.
4. O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado, inclusive a margem de lucro.
5. O licitante declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Termo de Referência deste edital.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE**



**ANEXO III**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

**ITEM 1) Modelo de Declaração:**

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO**

**DECLARAÇÃO**

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova em processo licitatório N.º **013/2017/FME/PP**, junto ao Município de CARIDADE, Estado do Ceará, o seguinte: (1) que dá ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório; (2) que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos do Edital e dos produtos a serem ofertados no presente certame licitatório; e (3) que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

CARIDADE (CE), ..... de ..... de 20\_\_.

.....  
DECLARANTE



**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE**



**MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

**ITEM 2) Modelo de Procuração:**

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO**

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** <NOME DA EMPRESA, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr.< NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF)

**OUTORGADO:** <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

**PODERES:** O outorgante confere ao outorgado(a) pleno e gerais poderes para representá-lo junto ao Município de CARIDADE, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, Contratos, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, amostras, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

..... (CE), ..... de ..... 20\_\_.

.....  
**OUTORGANTE**





**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE**



**MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

**ITEM 3) Modelo de Declaração:**

**DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

**(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:**

a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório N.º 013/2017/FME/PP, junto ao Município de CARIDADE, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de CARIDADE, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

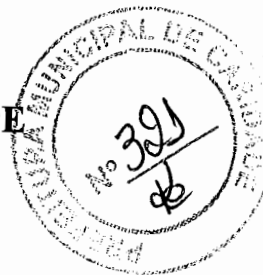
c) que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93. Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

CARIDADE(CE), ..... de ..... de 20\_\_.

**DECLARANTE**



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: \_\_\_\_\_

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE, E DO OUTRO A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O MUNICÍPIO DE CARIDADE – CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.707.094/0001-82, com sede de sua Prefeitura Municipal na Av. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CARIDADE, Estado do Ceará, neste ato representado pelo(a) Ordenador(a) de \_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_, aqui denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial sob o nº 013/2017/FME/PP, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas, c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto da presente AQUISIÇÃO \_\_\_\_\_ – Anexo I do edital e da proposta adjudicada.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), a ser pago em conformidade com a execução dos serviços prestados no período respectivo, de acordo com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões do INSS e FGTS, todas atualizadas, observadas a condições da proposta adjudicada e o seguinte:

ITEM	PRODUTOS	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<b>VALOR TOTAL</b>					

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu Pregão, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4 - Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

4.1 - O presente Instrumento terá vigência de até 31 de Dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, a critério das partes, na forma do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE**



**CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA DOS BENS LICITADOS E DO PRAZO DE ENTREGA.**

5.1- DAS ORDENS DE COMPRA/FORNECIMENTO: O fornecimento dos bens licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor, que poderão englobar integralmente os quantitativos e/ou bens objeto (entrega imediata) ou apenas parte deles (execução fracionada), de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da(s) Secretaria(s) Gestora(s).

5.1.1- A ordem de compra/autorização de fornecimento emitida conterà o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do Pregão no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou do próprio Pregão Presencial.

5.1.2- Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compra/autorização de fornecimento, o fornecedor deverá fazer a entrega do produto no local designado pela Contratante, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.

5.1.3- O aceite dos bens pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos produtos entregues.

5.2- DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os bens licitados deverão ser entregues no prazo imediato a solicitação, devido a essencialidade da pronta entrega, com a expedição da ORDEM DE COMPRA-FORNECIMENTO pela administração, no local determinado na ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

5.2.1. Os produtos deverão obedecer a um cronograma de entrega, a partir das características que se apresentam, nos quantitativos discriminados na ORDEM DE COMPRA/ AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

5.2.2. Os itens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

5.2.3- Por ocasião da entrega dos produtos, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02(duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal.

5.2.4- Para os bens objetos deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de CARIDADE - CE, com endereço na Avenida Cel. Francisco Linhares, 250, Centro, CARIDADE, Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 07.707.094/0001-82.

5.2.5- No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

5.2.6- Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

5.3- Os bens licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) aceitar, nas mesmas condições do Pregão de preços, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Pregão, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE**



e) a entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

**CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS**

6.1 - As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta de recursos do Tesouro Municipal, com a dotação orçamentária prevista na seguinte rubrica: \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal, de acordo com os valores contidos na proposta de preço do licitante vencedor.

7.2. Na hipótese de antecipação ou atraso de pagamento, será devida a atualização monetária do valor faturado em 0,03%, sobre o valor da prestação vencida, por cada dia de atraso ou de antecipação.

7.3. Por ocasião da realização do fornecimento o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de CARIDADE -CE, com endereço à Av. Cel. Francisca Linhares, 250, Bairro Centro, CARIDADE, Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.707.094/0001-82, acompanhado da seguinte documentação:

acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1-Executar o objeto do Contrato até 31 de Dezembro de 2017, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Pregão nº 013/2017/FME/PP, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

8.2-Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

8.4- Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

8.5- Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;

8.6-Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;

8.7 -Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.2-Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

9.3-Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.4-Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

9.5. Arcar com as despesas com bens.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES**

10.1 - À contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções dos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e suas demais alterações.

10.2 – A Contratada, no caso de inadimplemento, ficará sujeita às seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE



10.2.2 - Multas necessárias, conforme segue:

10.2.2.1 – 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor da fatura pelo atraso na entrega do(s) serviço(s).

10.2.2.2 – 20% (vinte por cento) sobre o valor total faturado no mês anterior, pelo descumprimento de qualquer item do Edital ou Cláusula Contratual.

10.3 - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA DE CARIDADE pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais.

10.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas.

11.2 - O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente em quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os direitos da Administração, com relação as normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.

11.3 - O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação Judicial ou Extrajudicial, nos casos de:

11.3.1 – Omissão de pagamento pela CONTRATANTE;

11.3.2 – Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes;

11.3.3 – Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes.

11.3.4 – No caso de não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte que se sentir prejudicada poderá rescindi-lo sem que se faça necessário uma comunicação por escrito com a antecedência definida no subitem anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

12.1 – Quaisquer alterações que venham a ocorrer neste Instrumento serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

13.1 – Este contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume, até o quinto dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de CARIDADE - CE.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o presente Contrato juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

CARIDADE-CE, \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Ordenador (a) de \_\_\_\_\_

**CONTRATANTE**

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
CNPJ(MF): n.º \_\_\_\_\_

Sr(a). \_\_\_\_\_

**CONTRATADA**